



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional
Criminal e da Execução Penal

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.criminal@mpmt.mp.br

Cuiabá/MT, 07 de outubro de 2021

Edição nº 7

Informativo Criminal



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

SUMÁRIO

- 1** Novidades Legislativas
- 2** Tribunais Superiores
- 3** Conselhos Nacionais
- 4** Atuação do Ministério Público de Estado de Mato Grosso e de Outros Ministérios Públicos
- 5** Atuação do Tribunal de Justiça de Estado de Mato Grosso e de Outros Tribunais de Justiça
- 6** Informativos
- 7** Artigos e Publicações
- 8** Cursos e Eventos

EQUIPE

Josane Fátima de Carvalho Guariente - Promotora de Justiça e Coordenadora

Ludmilla Evelin de Faria Sant'Ana Cardoso - Promotora de Justiça e Coordenadora Adjunta

Arivaldo Guimarães da Costa Junior - Promotor de Justiça e Colaborador do CAO

Natacha de Souza Ayes - Assistente Ministerial

Amanda Freire de Amorim - Auxiliar Ministerial

Patrycia Metelo Vecchiato - Auxiliar Ministerial



Novidades Legislativas

PL nº 3183/2021

Acrescenta inciso ao §4º do artigo 155 do Decreto-Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever como furto qualificado o crime cometido contra criança ou adolescente, nas dependências ou imediações da unidade de ensino escolar, técnico ou profissionalizante que frequenta e do local onde participa do Programa Jovem Aprendiz.

=> [Clique aqui](#)

PL nº 3124/2021

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer como causa de aumento da pena do crime de roubo, quando praticado por agente que se apresente ou caracterizado como empregado ou servidor público, bem como funcionário de empresa que detém a concessão ou permissão de abastecimento de água ou tratamento de esgoto, saneamento básico, telefonia, televisão e internet por assinatura, fornecimento de energia elétrica ou distribuição de gás.

=> [Clique aqui](#)

PL nº 3173/2021

Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que “Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento” para estabelecer prazo para a tramitação da denúncia contra o Presidente da República ou Ministro de Estado, por crime de responsabilidade, perante a Câmara dos Deputados.

=> [Clique aqui](#)

PL nº 3152/2021

Tipifica como crime a conduta de apropriação, desvio ou subtração de vacinas, de medicamentos, de matérias-primas medicinais ou terapêuticas, por meio fraudulento.

=> [Clique aqui](#)

PL nº 3112/2021

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar a pena do crime de lesão corporal praticado contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino.

=> [Clique aqui](#)



2 Tribunais Superiores

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- Ministro Alexandre de Moraes restabelece medidas de marcação e rastreamento de armas e munições. [Clique aqui](#)
- 1ª Turma do STF afasta competência do Júri em crime de remoção ilegal de órgãos com morte. [Clique aqui](#)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Proibição de substituição da pena por causa de reincidência só ocorre em crimes idênticos. [Clique aqui](#)
- Estelionato cometido pela rede bancária antes da Lei 14.155/2021 deve ser julgado no domicílio da vítima. [Clique aqui](#)
- Diligências policiais: o que é lícito na investigação, segundo a jurisprudência do STJ. [Clique aqui](#)
- Em repetitivo, STJ admite bloqueio do valor de multa em ação de improbidade por ofensa a princípios da administração. [Clique aqui](#)
- Posse de utensílios para cultivo de maconha destinada a consumo próprio não justifica ação penal. [Clique aqui](#)





Conselhos Nacionais

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- Encontro debate instrumentos de menor potencial ofensivo (IMPOs) e o uso da força por agentes de segurança pública. [Clique aqui](#)

ENCONTRO DE SEGURANÇA PÚBLICA *INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO*

15, 16 e 17 de setembro

Entre os dias 15 e 17 de setembro, a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público (CSP/CNMP), em parceria com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), com a Omega Research Foundation e com a organização de direitos humanos Justiça Global realizou o “Encontro de segurança pública: instrumentos de menor potencial ofensivo”. O evento virtual foi destinado aos membros e servidores do Ministério Público da União, do CNMP e dos MPs estaduais.

- CNMP publica terceira edição sobre boas práticas de combate à corrupção e de gestão e governança dos Ministério Públicos . [Clique aqui](#)
- CNMP recomenda que Ministério Público adote medidas para a melhoria das condições de trabalho no sistema prisional. [Clique aqui](#)





Conselhos Nacionais

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

- **II Jornada de Leitura no Cárcere começa nesta terça-feira (21/9). [Clique aqui](#)**



Em sequência ao evento que reuniu mais de 2,5 mil pessoas em todo o país em 2020, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promoveu, entre os dias 21 e 23 de setembro, a segunda edição da Jornada da Leitura no Cárcere. O evento on-line foi uma iniciativa do Observatório do Livro e da Leitura e apresentou especialistas para fortalecer iniciativas de acesso ao livro e à leitura a pessoas privadas de liberdade e criar um espaço de trocas entre o poder público, movimentos sociais, autores e pessoas privadas de liberdade, que também acompanharam o evento ao vivo – já são 1.492 inscrições facilitadas em todo o país. A jornada foi transmitida no canal do CNJ no YouTube.

- **Justiça pode auxiliar programa federal de proteção de vítimas e testemunhas. [Clique aqui](#)**
- **UNODC seleciona consultoria para elaborar curso on-line sobre tráfico de pessoas [Clique aqui](#)**



4

Atuação do Ministério Público de Estado de Mato Grosso

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

→ CAO Criminal e da Execução Penal defende atuação conjunta. [Clique aqui](#)

MPMT Ministério Público DO ESTADO DE MATO GROSSO

www.mpmt.mp.br

LANÇAMENTO DO PROJETO RECONSTRUINDO SONHOS

23 de Setembro (quinta-feira)
9h (MT) • 10h (DF)

Acesse pelo QR Code
Transmissão ao vivo pelo youtube do MPMT

PARCEIROS: Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, Governo de Mato Grosso, Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, Acao da Paz, MATO GROSSO

O Centro de Apoio Operacional (CAO) Criminal e da Execução Penal do Ministério Público de Mato Grosso defendeu, durante o lançamento do projeto “Reconstruindo Sonhos”, a atuação conjunta dos órgãos integrantes do Sistema de Justiça e da sociedade civil organizada. No evento desta quinta-feira (23), a promotora de Justiça coordenadora do CAO, Josane Fátima de Carvalho Guariente, destacou que o projeto foi construído ao longo dos últimos meses, com muita dedicação e trabalho. “Tenho a mais absoluta confiança de que o ‘Reconstruindo Sonhos’ fará a diferença na vida das pessoas que por ele passarem”, defendeu.



4

Atuação do Ministério Público de Estado de Mato Grosso

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

- MPMT participa de reunião sobre controle externo da atividade policial. [Clique aqui](#)
- Justiça recebe denúncia contra acusados de matar PM espancado. [Clique aqui](#)
- Comparsas e esposa acusada de mandar matar marido são denunciados. [Clique aqui](#)
- Feminicida é condenado por morte, roubo e estupro em Cuiabá. [Clique aqui](#)
- Reeducando agarra oportunidade e muda história de vida. [Clique aqui](#)





Atuação de Outros Ministérios Públicos

Ministério Público do Estado do Piauí

MPPI realiza palestra virtual sobre o novo crime de violência psicológica contra a mulher. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Alagoas

Após conhecer projeto da PM em SP, promotor do MPAL defende uso de câmeras corporais em militares alagoanos. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Amazonas

MPAM firma acordo para garantir tratamento a dependente químico acusado de furto. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado da Bahia

MP e Sefaz Municipal assinam termo de cooperação para combater crimes tributários em Salvador. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Ceará

MPCE se reúne com coordenador do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência para discutir alto número de homicídios não esclarecidos no Estado. [Clique aqui](#)





Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Promotor de Justiça do Nupri elenca desafios na fiscalização de presídios.

[Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Espírito Santo

MPES promove evento para debater a violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha em Iúna. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Maranhão

Unidades prisionais de Pedreiras são inspecionadas. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul

Réus por homicídios são condenados a 110 anos de prisão em Dourados. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Pará

MPPA apresenta Webinar: Entrada em Domicílios e as Recentes Decisões dos Tribunais Superiores. [Clique aqui](#)





Ministério Público do Estado do Paraná

Promotoria de Justiça de Goioerê denuncia seis civis e seis policiais militares que teriam participado de roubo de carga de agrotóxicos falsificados. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de São Paulo

Gaeco participa de curso internacional sobre financiamento a terrorismo. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Roraima

MPPR assina termo de adesão com MPAC para uso de ferramentas para monitoramento de feminicídio. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Começa o julgamento no STF em que MPRS atua como Amicus Curiae e que discute o momento e os requisitos para o ANPP. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Pernambuco

Palestras sobre negociação, psicopatia e linguística fecham 2º Simpósio Internacional O Futuro da Inteligência Investigativa Forense e Comportamental. [Clique aqui](#)



5

Atuação dos Tribunais de Justiça

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso

Ouvidoria da Mulher do Judiciário é serviço à disposição das vítimas de violência doméstica. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Mantida condenação de réus que roubavam motoristas de aplicativos. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Mantida condenação de acusado de roubo que alegou embriaguez para não ser responsabilizado. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Convênio entre TJRJ e Município do Rio vai inserir mulheres vítimas de violência doméstica no mercado de trabalho. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Varas de Execuções Penais lançam projeto para capacitação profissional e ressocialização de mulheres egressas do sistema penitenciário. [Clique aqui](#)





Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Solenidade marca início da parceria entre TJPE e Sebrae no combate à violência contra a mulher. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Núcleo de Cooperação Judiciária instrumentaliza pedidos de transferência e recabamento de pessoas presas. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

Crime passional na frente de supermercado resulta em 12 anos de prisão para réu. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte

Acusado de integrar facção criminosa e pela prática de roubos de veículos tem concessão de liberdade negada. [Clique aqui](#)



6 Informativos

STF

INFORMATIVO 1026

DIREITO PENAL

Crime de divulgação de ato objeto de denúncia caluniosa eleitoral - ADI 6225/DF

A sanção abstratamente prevista para o crime de “divulgação de ato objeto de denúncia caluniosa eleitoral” está em consonância com os princípios da proporcionalidade e da individualização da pena.

- **ADI 6225/DF, Relatora Min. Carmén Lucia**
- **[Acesso o informativo completo clicando aqui](#)**



STJ

INFORMATIVO 704

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL PENAL

Obrigação alimentar com alimentante preso

O fato de o devedor de alimentos estar recolhido à prisão pela prática de crime não afasta a sua obrigação alimentar, tendo em vista a possibilidade de desempenho de atividade remunerada na prisão ou fora dela a depender do regime prisional do cumprimento da pena.

O dever dos genitores em assistir materialmente seus filhos é previsto constitucionalmente (arts. 227 e 229), bem como na legislação infraconstitucional (artigos 1.634 do Código Civil de 2002 e 22 da Lei n. 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA). Não se desconhece que os alimentos estão atrelados ao direito à vida digna, o que é protegido, inclusive, por tratados internacionais. De fato, existe a possibilidade de desempenho de atividade remunerada na prisão ou fora dela, a depender do regime prisional de cumprimento de pena, tendo em vista que o trabalho - interno ou 1 externo - do condenado é incentivado pela Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/1984).

- REsp 1.882.798-DF, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma.
- [***Acesso o informativo completo clicando aqui***](#)

STJ

INFORMATIVO 708

DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL

Foro por prerrogativa de função

Foro por prerrogativa de função. Membros do Ministério Público e Magistrados (art. 96, III, da Constituição Federal). Crimes comuns não relacionados com o cargo. Competência do respectivo Tribunal de Justiça estadual. Compete aos tribunais de justiça estaduais processar e julgar os delitos comuns, não relacionados com o cargo, em tese praticados por Promotores de Justiça.

O núcleo da controvérsia consiste em definir se Promotores de Justiça estaduais, pelo suposto cometimento de crime comum, possuem foro por prerrogativa de função no respectivo Tribunal de Justiça estadual, nos termos do art. 96, inciso III, da Constituição Federal; ou se incide, na espécie, por aplicação do princípio da simetria, a interpretação restritiva dada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal ao art. 102, inciso I, alíneas 'b' e 'c', da Carta Magna, no julgamento da QO na AP 937-RJ, segundo a qual o foro por prerrogativa de função se aplica apenas aos crimes praticados no exercício e em razão da função pública exercida.

- **CC 177.100-CE, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik - Terceira Seção.**
- **[Acesso o informativo completo clicando aqui](#)**



Artigos e Publicações

A importância da educação prisional para a recuperação de detentos no Brasil e na Espanha

Autor: Benigno Núñez Novo

O estabelecimento da prisão como instrumento da pena se deu pelo Código Penal Francês em 1791 e generalizou-se no mundo. A criação de uma nova legislação para definir o poder de punir como uma função geral da sociedade, exercida da forma igual sobre todos os seus membros. Foucault (1987) diz que a prisão se fundamenta na “privação de liberdade”, salientando que esta liberdade é um bem pertencente a todos da mesma maneira, perdê-la tem, dessa maneira, o mesmo preço para todos, “melhor que a multa, ela é o castigo”, permitindo a quantificação da pena segundo a variável do tempo: “Retirando tempo do condenado, a prisão parece traduzir concretamente a ideia de que a infração lesou, mais além da vítima a sociedade inteira” (FOUCAULT, 1987, p. 196).

O crescimento vertiginoso da população prisional e do déficit de vagas, a despeito dos esforços dos governos dos estados e da federação para a geração de novas delas, é por seu turno um elemento revelador de que a construção de novas unidades não pode mais ser o componente fundamental das políticas penitenciárias, senão que apenas mais um componente, dentro de um mosaico bem mais amplo.

- [Leia o artigo completo clicando aqui](#)





Investigação defensiva: dois tópicos importantes

Autor: Rogério Sanches

O tema da chamada “Investigação Defensiva” ganhou bastante destaque, especialmente com o advento da Lei 13.245/16, que alterou o Estatuto da OAB (Lei 8.906/94), para incrementar as prerrogativas dos defensores na fase do Inquérito Policial e outros instrumentos de investigação preliminar. Também foi um marco de regulação dessa participação e mesmo de protagonismo defensivo na fase investigatória o Provimento 188/18 do Conselho Federal da OAB.

- [Leia o artigo completo clicando aqui](#)

Valor probatório da vítima no processo penal

Autor: Fernando Capez

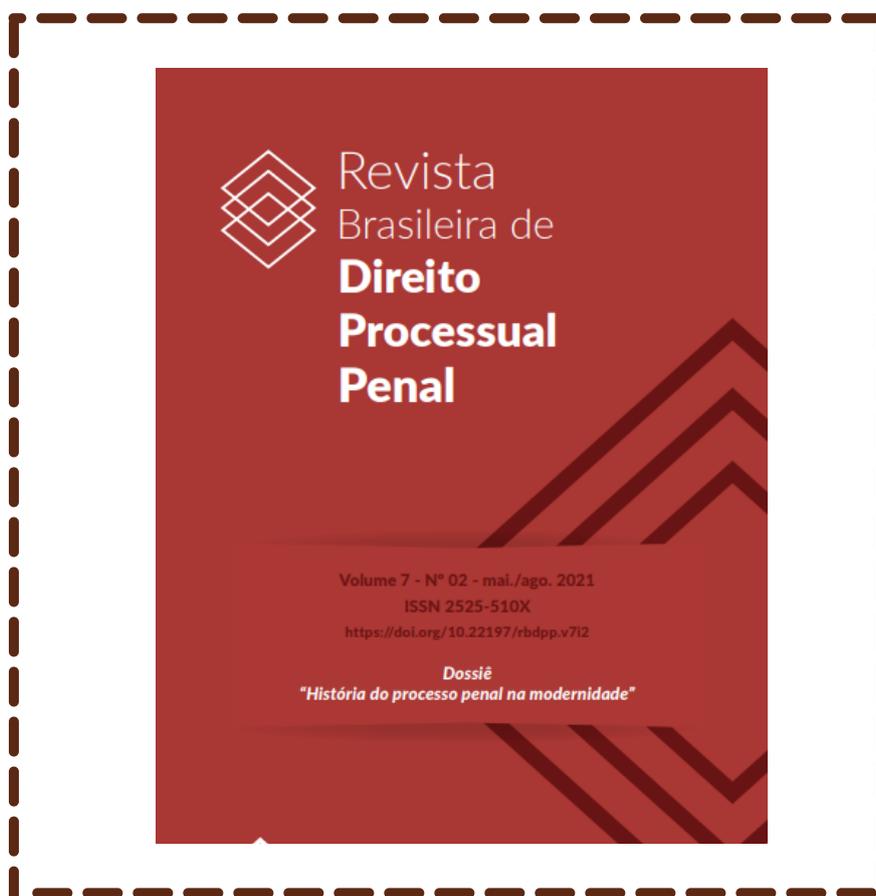
O princípio constitucional do devido processo legal (CF, artigo 5º, LIV) tem por objetivo assegurar o julgamento sereno, imparcial, e atento às provas lícitas e objetivas, estatuidando que “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal” [1]. Implementado originalmente na Inglaterra pela Magna Charta Libertatum, no ano de 1215, por King John Lackland, o due process of law pretendeu garantir o direito de não privação da liberdade e do patrimônio, sem a garantia de um processo desenvolvido na forma estabelecida pela lei.

- [Leia o artigo completo clicando aqui](#)





Publicação



As constantes discussões em grupos de estudos e de pesquisas, bem como de seminários científicos, tendo como um de seus objetos o Direito Processual Penal, surgiu a necessidade de intensificar a construção e o desenvolvimento científicos dos institutos desse ramo do Direito. A busca de um espaço próprio ao processo penal cria possibilidades de desenvolvimento científico crítico-constutivo. Por isso, o Instituto Brasileiro de Direito Processual Penal, fundado em março de 2010, lança a Revista Brasileira de Direito Processual Penal.

- [Tenha acesso a revista clicando aqui](#)





Cursos e Eventos

DISCUSSÕES SOBRE O PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL



O Fórum Permanente de Direito Penal e Processual Penal da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), em conjunto com o Instituto de Magistrados do Brasil (IMB), realizou, nos dias 2 e 3 de setembro, das 10h às 13h, via plataforma Zoom, o webinar Discussões sobre o projeto do Novo Código de Processo Penal. Os eventos marcaram a 82ª e a 83ª reuniões do Fórum.

- [Tenha acesso ao evento clicando aqui](#)

WEBINAR: ENTRADA EM DOMICÍLIOS E AS RECENTES DECISÕES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

MPPA promoveu Webinar sobre as novas decisões judiciais para entrada policial em domicílios. O webinar foi transmitido pelo canal do MPPA, no YouTube. A abertura foi realizada pelo Coordenador do CAOPCEPCEAP, José Maria Gomes dos Santos. A mesa foi organizada pela Promotora de Justiça Auxiliar do CAOPCEPCEAP, Paloma Sakalem, e teve como palestrante o professor e promotor de Justiça Militar da União em São Paulo, Renato Brasileiro, e como debatedor o promotor de Justiça Militar do MPPA, Armando Brasil.



- [Tenha acesso ao evento clicando aqui](#)



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

